

1 PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO – PLANO DE LUTAS

2
3 No período recente, a categoria travou duras lutas por reposição
4 salarial e contra a retirada de direitos. Contra as políticas dos governos e do parlamento,
5 e a postura da cúpula do Judiciário, a categoria conquistou a muito custo uma reposição
6 parcial (após anos de acúmulos de perdas), e junto com o conjunto da classe conseguiu
7 evitar a aprovação da reforma da Previdência do governo Temer, que aprofundaria
8 brutalmente os ataques às aposentadorias após as reformas realizadas pelos governos
9 anteriores.

10 No entanto, infelizmente, não houve a correlação de forças suficiente
11 e necessária para evitar a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, a reforma
12 trabalhista e a lei da terceirização irrestrita, entre outros ataques.

13 A categoria tem o desafio de unir forças com outras categorias e
14 movimentos, para lutar pela defesa dos serviços públicos, da previdência e dos demais
15 direitos ameaçados pelas políticas de “ajuste” aplicadas pelos governos em articulação
16 com as grandes corporações e bancos, à frente. Nesse cenário, estão também as lutas
17 em defesa da carreira e das condições de trabalho em cada região e local, junto com a
18 necessidade de luta por uma política salarial tendo em vista o esgotamento iminente do
19 reajuste em implementação.

20 Sendo assim, apresentamos algumas propostas de resolução para o
21 nosso plano de lutas:

- 22 – fomento e fortalecimento da campanha pela derrubada da EC 95/2016, cujos
23 efeitos já são duramente sentidos e que se mantida tende a estrangular os serviços
24 públicos;
- 25 – defesa da Previdência pública e combate às “reformas” que atacam o direito à
26 aposentadoria, o que inclui o combate aos projetos de aumento de alíquotas que
27 significam confiscos salariais;
- 28 – combate aos efeitos das reformas previdenciárias anteriores, como a taxaço de
29 inativos, que tem como um dos eixos a defesa da PEC 555/06;
- 30 – luta pela revogação da reforma trabalhista e da lei da terceirização irrestrita;
- 31 – lutar em defesa da Justiça do Trabalho, como meio de efetivação dos direitos
32 sociais do trabalho, contra todas as ameaças de extinção e/ou precarização de sua
33 estrutura;
- 34 – luta pela retirada de todas as propostas de reformas e dos projetos de lei de
35 retirada de direitos e contrários aos interesses dos trabalhadores;
- 36 – luta pela efetivação da revisão geral anual prevista na Constituição, em todas as
37 frentes de pressão (sobre governos, legislativo e judiciário), entre elas as lutas por
38 negociação e reposição de perdas contra os governos, o recurso extraordinário no
39 STF que trata do direito à indenização, o projeto que torna crime de
40 responsabilidade a omissão do executivo no encaminhamento da revisão, entre
41 outras que confluam para esse objetivo;
- 42 – combate à política de cortes orçamentários praticada pelos governos e pelos
43 órgãos do PJU e MPU, que penalizam a categoria em seus direitos e condições de
44 trabalho, e a população atendida pelos serviços públicos;
- 45 – exigir do STF e tribunais superiores resposta e encaminhamento das pautas

- 46 tratadas na comissão interdisciplinar para discussão da carreira, e retomada de
47 seus trabalhos;
- 48 – instalação de mesa permanente de negociação do STF, tribunais superiores e
49 MPU, com a representação da categoria, para tratar de carreira e condições de
50 trabalho;
 - 51 – exigir do STF, tribunais superiores e cúpula do MPU a abertura de negociação em
52 torno de política salarial para a categoria, tendo em vista o final da implementação
53 do reajuste em implementação, em janeiro próximo, a falta de uma política salarial
54 para o período seguinte, as perdas acumuladas, e a defasagem em relação a
55 outras carreiras análogas;
 - 56 – lutar por plano de carreira que unifique a categoria, valorize todos os cargos, corrija
57 distorções e assegure meios para evolução profissional;
 - 58 – lutar pela reposição inflacionária e recomposição dos valores dos benefícios e
59 parcelas indenizatórias devidas aos servidores;
 - 60 – luta pelo direito à negociação coletiva efetiva no serviço público, com data-base, e
61 combate aos ataques e restrições ao direito de greve impostos pelo STF e demais
62 tribunais, além do governo e projetos de ataque que tramitam no parlamento;
 - 63 – luta em defesa do regime jurídico único e da estabilidade dos servidores públicos –
64 combate aos projetos de demissão de servidores;
 - 65 – pelo fim e pela reversão das privatizações e concessões de serviços públicos e da
66 entrega do patrimônio e riquezas públicas à iniciativa privada; em defesa da
67 Petrobras, Eletrobras e empresas estatais públicas;
 - 68 – pela suspensão do pagamento e auditoria da dívida pública, que estrangula o
69 orçamento destinado aos serviços públicos;
 - 70 – combate a todas as formas de opressão e violência de raça, gênero, religião e
71 etnia, dentro e fora dos órgãos do PJU e MPU;
 - 72 – combate e denúncia à criminalização das lutas e dos movimentos sociais;
 - 73 – fomento e aprofundamento da discussão sobre o caráter do Judiciário e do
74 Ministério Público e suas relações com a sociedade, e seus papéis na retirada de
75 direitos;
 - 76 – luta em defesa da saúde pública e da valorização do SUS;
 - 77 – luta pela redução da jornada de trabalho no Judiciário, para 6 horas, sem redução
78 de salários;
 - 79 – luta pela correção da tabela do imposto de renda, que tem sido mais um
80 instrumento de confisco de salários, como parte da luta maior por tributação
81 progressiva, incluindo defesa da tributação de lucros e dividendos e taxação de
82 grandes fortunas;
 - 83 – que os tribunais e MPU assumam integral responsabilidade e assegurem todas as
84 condições para a assistência à saúde da categoria, com custeio integral pelos
85 órgãos;
 - 86 – combate aos assédios moral e sexual no trabalho, como política permanente, e
87 reivindicação de que os órgãos assumam institucionalmente essas pautas;
 - 88 – defender que os tribunais implementem políticas de atenção preventiva à saúde
89 dos servidores;
 - 90 – combate políticas gestão por metas e resultados do CNJ e tribunais, que penalizam

- 91 e adoecem os trabalhadores e não garantem justiça à população;
- 92 – discussão dos impactos e consequência do processo eletrônico e do teletrabalho
- 93 sobre a saúde dos servidores e sobre a gestão e organização do trabalho;
- 94 – luta pela democratização dos tribunais e de seus órgãos de direção, inclusive com
- 95 eleições diretas para os cargos;
- 96 – defesa do fim dos privilégios às autoridades dos três poderes (inclusive do absurdo
- 97 auxílio-moradia à magistratura e MP), inclusive quando nas situações de
- 98 responsabilização administrativa ou judicial;
- 99 – luta pela reposição de todos os cargos vagos, além da realização de concursos e
- 100 criação de novos cargos de acordo com as necessidades do serviço, para garantir
- 101 melhores condições de trabalho e melhor atendimento à população;
- 102 – lutar contra o desvio de função e a terceirização de atividades nos órgãos;
- 103 – seguir lutando em defesa dos quintos e dos 13,23%;
- 104 – lutar pela quitação de todos os passivos;
- 105 – defender a realização de concursos nacionais de remoção em todos os ramos,
- 106 tanto em nível estadual como nacional, com transparência e igualdade de
- 107 condições.

108 Assinam:

109 Cláudia Vilapiano Teodoro de Souza

110 Maria Ires Graciano Lacerda

111 Marcus da Silva Vergne

112 Beatriz Mazzei Nubie Massariol

113 Fabiano dos Santos

114 Ana Luíza de Figueiredo Gomes

115 Maria Cecília Pereira

116 Luciana Martins Carneiro

117 Maurício Rezzani

118 Henrique Sales Costa

119 Pedro Lorenzi Breier

120 Adilson Rodrigues

121 Erlon Sampaio

122 Tarcisio Ferreira

123 E outros servidores

124

125 ***Recebida em 09/7/2018, às 23h56***